

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.407 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2001



Educação física será obrigatória no ensino básico

Projeto aprovado pelo Senado vai à sanção presidencial para se tornar lei

O projeto de lei que torna obrigatória a educação física nos currículos da educação básica – que compreende os ensinos fundamental (1ª a 8ª séries) e médio – foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e só depende agora da sanção do presidente da República para virar lei.

PÁGINA 3

A obrigatoriedade da prática da educação física altera dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Comissão aumenta R\$ 7 bi na receita do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento aprovou relatório determinando que a receita fiscal para 2002 na proposta orçamentária da União seja acrescida de R\$ 7,734 bilhões.

PÁGINA 2

Álvaro pede juros baixos na compra de moradia

A compra da casa própria se torna “inviável” com os juros cobrados pela Caixa Econômica nos novos financiamentos. Essa é a opinião do senador Álvaro Dias, que pede política diferenciada para famílias carentes.

PÁGINA 7

Ornélas propõe mais bolsa de estudo para os negros

Waldeck Ornélas defende aprovação de seu projeto que estabelece prioridade para os negros na concessão de bolsas de estudo pelas instituições filantrópicas. O projeto, diz, não terá custo adicional para o Tesouro.

PÁGINA 8

Senado aprova medidas provisórias para a gestão da crise de energia

PÁGINA 3



Os senadores também aprovaram concessões de rádio e debateram propostas de emenda à Constituição

Receita para 2002 pode ser aumentada em R\$ 7,7 bi

Erros de projeção cometidos pelo governo foram apontados em relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária aprovado pela Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), aprovou ontem relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária que determina que a receita fiscal programada para 2002 no Orçamento Geral da União seja acrescida de R\$ 7,734 bilhões para, assim, corrigir erros cometidos pelo governo em suas projeções. Cerca de metade desse valor deverá ser destinado a estados e municípios, devendo a outra metade abrigar emendas apresentadas à proposta orçamentária pelos parlamentares.

Os erros foram identificados nas estimativas de receita do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos de Capital (IRRFRC) decorrente da tributação dos rendimentos das entidades de previdência complementar, de *royalties* do petróleo e do gás natural e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Acolhendo sugestão do deputado Konder Reis (PFL-SC), o senador Carlos Bezerra solicitou que o comitê examine, nas próximas 24 horas, a possibilidade de o governo ter cometido outro erro de projeção da receita fiscal para 2002, tomando-se como base a projeção do crescimento apresentado pela receita tributária nos meses de agosto, setembro e outubro últimos.

O encaminhamento do relatório do comitê, aprovado pela Comissão de Orçamento, foi feito por um dos seus integrantes, o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), que concordou com a hipótese levantada por Konder Reis, que pode resultar em novas correções na projeção da receita fiscal.

O relatório concluiu que, se considerado apenas o estoque a ser arrecadado a título de IRRFRC, podem-se apurar, de forma extra, R\$ 6 bilhões caso os Fundos desistam de ações na Justiça, com todas as vantagens oferecidas pela medida

provisória que criou a tributação.

Na revisão das estimativas de arrecadação com os *royalties* do petróleo e do gás natural, o comitê concluiu que elas devem ser acrescidas em R\$ 484,13 milhões, basicamente por conta de uma baixa previsão feita pelo governo sobre o comportamento da taxa cambial.

Ao recalculer as projeções da Cide, o comitê concluiu que os seus valores foram subestimados em R\$ 1,25 bilhão. O objetivo desse tributo, que incide basicamente sobre derivados de petróleo importados, foi o de substituir a chamada "conta petróleo", criada para evitar impacto da política cambial nos preços internos dos combustíveis.

O Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária para 2002 é formado pelos senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Paulo Hartung (PSB-ES), e pelos deputados Sérgio Miranda, Paulo Mourão (PSDB-TO), Jorge Khoury (PFL-BA) e Jorge Bittar (PT-RJ).



Plenário também aprovou nesta semana fiscalização mais rigorosa sobre produtos químicos que possam ser usados na elaboração de entorpecentes

Exame de DNA gratuito foi um dos principais temas da semana

Uma das mais importantes decisões tomadas pelo Senado nesta semana alterou a Lei de Assistência Judiciária aos Necessitados, para permitir que pessoas sem renda envolvidas em processo de investigação de maternidade ou paternidade tenham direito a fazer gratuitamente o exame de DNA.

A decisão, celebrada por vários senadores como histórica, foi presenciada pela vereadora de Santos (SP) Sandra Arantes do Nascimento. Mediante esse exame, ela conseguiu provar na Justiça que é filha de Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. O relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ressaltou que o projeto acabará com as incertezas quanto à paternidade presumida e quanto às dívidas geradas por possíveis fraudes na definição da mãe biológica.

Também nesta semana, o Senado decidiu que a fabricação e o comércio de produtos químicos que possam ser usados na elaboração de entorpecentes terão fiscalização mais rigorosa. Caberá ao Ministério da Justiça definir os produtos a serem controlados. A decisão também ins-

tituiu taxa de controle e fiscalização de produtos químicos, a ser paga por quem os fabrique e comercialize.

O Senado aprovou ainda projeto que obriga os fabricantes de produtos dietéticos a indicar na embalagem a qualidade e a quantidade de adoçantes (edulcorantes) utilizados em sua composição.

Em primeiro turno, foi aprovada proposta de emenda à Constituição (PEC) destinando mais recursos aos fundos constitucionais para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De iniciativa do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a proposta eleva a parcela dirigida ao financiamento do setor produtivo nas três regiões de 3% para 4% de toda a arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). A matéria será submetida a novo turno de votação.

Francelino quer debater orçamento impositivo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ontem ter solicitado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a realização de um ciclo de audiências públicas a respeito de três propostas de emenda à Constituição – das quais é relator – que prevêm o estabelecimento do orçamento impositivo.

– É uma matéria polêmica, que deve ser debatida. É chegada a hora de repensar a própria natureza da peça orçamentária e indagar se o orçamento deve ter caráter meramente autorizativo – afirmou.

O senador classificou de "justa e oportuna" a preocupação de muitos parlamentares com o papel a ser desempenhado pelo Congresso na elaboração do orçamento. Ele lembrou que, dos R\$ 950 bilhões previstos no Orçamen-



Francelino propôs realização de audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

to Fiscal e da Seguridade Social este ano, R\$ 678 bilhões referem-se ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública e outras despesas financeiras. Reduzindo-se ainda os recursos destinados à Previdência Social, às transferências a estados e muni-

cípios e a receitas já vinculadas, restariam apenas R\$ 57 bilhões para gastos cuja realização depende da vontade do Executivo.

Apesar de essa soma representar apenas 6% do total de despesas do Orçamento, disse Francelino, ainda assim a execução orçamentária estaria subordinada a condicionantes impostas pelo Executivo.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que a Constituição brasileira é a única do mundo que considera intocáveis os recursos destinados ao pagamento da dívida pública. Disse ainda que considera estranha a necessidade de aprovação de uma proposta que torne o orçamento impositivo, uma vez que a Constituição define como crime de responsabilidade o não cumprimento de lei orçamentária.

AGENDA
SEXTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2001
PLENÁRIO
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Educação física será obrigatória no ensino básico

Plenário aprova mudança em dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Porém, conforme o relator, Ricardo Santos, a alteração “mantém o espírito original da legislação, que, na prática, não vinha sendo cumprido”

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que torna obrigatória a educação física nos currículos da educação básica, que compreende o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e o ensino médio (o antigo 2º grau). A proposta, já aprovada pela Câmara, segue para a sanção do presidente da República.

O projeto altera dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e, na opinião do relator na Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), a modificação mantém o espírito original da legislação, que, na prática, não vinha sendo cumprido.

— A fixação da obrigatoriedade empresta à Educação Física o mesmo *status* que têm disciplinas como Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia. E não poderia ser de outra forma, tendo em vista os benefícios que traz para a saúde — justificou Ricardo Santos.

Na mesma sessão, os senadores realizaram o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a outros profissionais de saúde, e não apenas aos médicos, acumular dois cargos públicos remunerados. A votação foi adiada para terça-feira, com a apro-



Santos diz que, com a mudança, a educação física terá *status* adequado aos benefícios que traz à saúde

vação de requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que recebeu o apoio de todos os líderes partidários. Para Heloísa, a PEC deve ser apreciada em sessão em que haja “gente para votar e debater”.

Os senadores também realizaram o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que inclui

o Pantanal sul-mato-grossense entre os patrimônios nacionais que têm preservação ambiental assegurada, e da PEC, já aprovada na Câmara, que determina que contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre receitas decorrentes de exportação, podendo incidir sobre a importação de bens e serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis. A PEC que cria Tribunais Regionais Federais em Minas Gerais e no Paraná teve seu primeiro dia de discussão.

Foram aprovados ainda sete projetos de decreto legislativo ratificando atos que outorgam ou renovam permissões ou concessões para emissoras de rádio nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba, Bahia e Minas Gerais. Conforme a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), a rádio em frequência modulada da Fundação Universidade de Caxias do Sul, em Bento Gonçalves (RS), que recebeu permissão para funcionar, faz parte de uma proposta educacional que atende a quase 30 mil estudantes. Emilia cobrou a aprovação de uma lei de radiodifusão mais detalhada e mais democrática, além da instalação do Conselho de Comunicação Social.

Aprovadas regras para administrar crise de energia

O Senado concluiu ontem a votação de duas medidas provisórias (MPs) que definem regras para a administração da crise energética. Assim, já podem ser transformadas



em lei a MP que determina a realização de três feriados compulsórios na Região Nordeste para economia de energia e a que prevê a abertura de crédito no Orçamento da União para pagamento de bônus para consumidores cuja meta esteja abaixo de 225 kWh, de acordo com a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGE).

Além de destinar recursos (R\$ 50 milhões) do Ministério de Minas e Energia às empresas distribuidoras de energia para o pagamento do bônus, a MP também abre crédito extraordinário para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (R\$ 95 milhões) e da Integração Nacional (R\$ 135 milhões), respectivamente, para o Programa Nacional de Agri-

cultura Familiar (Pronaf) e para ações emergenciais da Defesa Civil nas regiões atingidas pelas chuvas, no Sul, e pela seca, no Nordeste e no norte de Minas.

A outra MP aprovada estabelece que os dias 22 de outubro, 16 e 26 de novembro deste ano sejam transformados em feriados civis para reduzir o consumo de energia em todos os estados da Região Nordeste, com exceção do Maranhão. Além disso, a MP autoriza a CGE a determinar feriados adicionais, caso considere necessário. Os senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Tião Viana (PT-AC) votaram contra a proposta.

A análise das MPs seguiu as regras da Emenda Constitucional nº 32, promulgada em setembro. Depois de aprovado parecer em comissão mista constituída especificamente para essa finalidade, as matérias seguiram para votação pelos plenários da Câmara e do Senado.

Nova Lei de Entorpecentes terá regime de urgência

Os senadores aprovaram ontem requerimento de Ricardo Santos (PSDB-ES) solicitando urgência para a tramitação do projeto de lei que institui a nova Lei de Entorpecentes. Assim, a matéria, que teve parecer aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai ser incluída na pauta da sessão de terça-feira.

Ricardo Santos foi o relator da matéria na Comissão de Educação, onde apresentou substitutivo, acolhido pelos membros da comissão. A proposta tem 56 artigos, dispondo sobre prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico ilícito e ao uso indevido de entorpecentes e drogas afins. O texto possibilita que o usuário e o dependente de drogas ilícitas, como maconha e cocaína, não sejam presos, diferentemente da legislação atual, que classifica o usuário como criminoso.

Caso o substitutivo seja aprovado, a matéria deve retornar à Câmara, para análise das alterações propostas pelo Senado.

CCJ examinará normas sobre resíduos de serviços de saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará, numa de suas próximas reuniões, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que regulamenta o gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde, com o objetivo de reduzir riscos



Carlos Bezerra defende novas soluções para o tratamento do lixo

de infecções hospitalares e o volume de lixo infectante, tóxico e radiativo. O projeto será examinado em caráter terminativo, seguindo direito para a Câmara dos Deputados caso seja aprovado e não haja recurso para apreciação do Plenário.

A proposta tem também por objetivo, segundo o senador, aumentar a vida útil dos aterros sanitários, reduzir o risco ocupacional associado ao manejo de resíduos, reciclar resíduos comuns e capacitar pessoas envolvidas com a gestão e o manejo nessa área. Os resíduos dos serviços de saúde classificados são os biológicos, químicos, radiativos

e os comuns, geralmente domiciliares.

Conforme a proposta, os estabelecimentos e serviços de saúde são obrigados a elaborar, implantar, manter e monitorar um Programa de Gerenciamento de Resíduos, bem como avaliá-lo de acordo com normas estabele-

cidas pelo governo. São componentes obrigatórios do programa de gerenciamento, entre outros, a radioproteção, caso o serviço de saúde tenha instalação radiativa, e o monitoramento dos resíduos sólidos, líquidos e das emissões atmosféricas resultantes de processos de tratamento final de resíduos.

Para Carlos Bezerra, o desenvolvimento científico e tecnológico deve ser aplicado a essa questão para criar novas soluções no tratamento do lixo, justificando uma legislação federal para tratar do assunto. O relator da matéria na CCJ é o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Geraldo Cândido cobra ações de saneamento no Rio de Janeiro

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) cobrou ontem o fim de “querelas políticas” que impedem a correção de problemas de saneamento na capital do Rio de Janeiro. Para o parlamentar, há uma “guerra de empurra-empurra” entre os governos estadual e municipal que impede a tomada de providências para evitar a degradação do meio ambiente, gerando riscos para a saúde da população.

Cândido informou que a Baía de Guanabara recebe o equivalente a um Maracanã em dejetos de todo tipo, todos os dias. Técnicos do setor calculam que a retomada de boas condições ambientais na baía levaria pelo menos três décadas.

O senador disse que 41 hospitais jogam dejetos — inclusive fezes e sangue contaminados — diretamente na baía, como revelou a CPI da



Geraldo Cândido critica “empurra-empurra” entre governos no Rio

Saúde da Câmara Municipal. A CPI descobriu que 101 hospitais não tratam seus dejetos.

— O volume de esgoto hospitalar despejado na Baía de Guanabara é três vezes maior que o de esgoto domiciliar — denunciou o senador.

Cândido relatou haver vazamentos em toda a cidade. A companhia responsável pelo setor de água e saneamento identificou 453 pontos de vazamento na capital somente nos últimos dias. Isso, disse ele, estaria comprometendo a qualidade da água consumida pela população.

Para Geraldo Cândido, a solução do problema passa pelo envolvimento da sociedade na definição de políticas públicas, ampliação dos investimentos em infra-estrutura e conjugação de esforços para restabelecer a imagem e as belezas naturais da cidade.

Suplicy elogia ação de sindicalista de São Bernardo

Senador vê “uma maneira nova e afirmativa de fazer sindicalismo” na iniciativa de Luiz Marinho de ir à Alemanha negociar com a direção da Volkswagen e, no retorno, obter o apoio de 16 mil associados para aprovar um acordo

Uma maneira nova e afirmativa de fazer sindicalismo foi como o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) qualificou o estilo do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Marinho. Ele se referiu à recente viagem de Marinho à Alemanha, para negociar uma proposta com a direção da montadora Volkswagen em torno da demissão de 4.200 operários da empresa.

— O exemplo dos trabalhadores da Volks deveria inspirar o governo Fernando Henrique a dialogar com os professores grevistas e os funcionários do INSS para buscar um resultado favorável — afirmou.

O senador destacou o êxito do sindicalista, que obteve o apoio dos 16 mil associados para aprovar uma proposta pela qual, em troca de cinco anos de garantia de emprego e da suspensão das demissões, foi aprovada uma redução salarial e da jornada de trabalho em 15%.



Eduardo Suplicy afirma que o exemplo dos trabalhadores deveria inspirar o governo FHC

Suplicy disse que o episódio indica um momento de maturidade da classe trabalhadora. Iniciativas como essa mostram, observou, que os governos deveriam ouvir a voz dos trabalhadores no momento de definir políticas públicas.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ressaltou, em aparte, a importância da solução encontrada

pelos trabalhadores. Para ele, o episódio apontará novos caminhos aos sindicalistas. Já os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Ademir Andrade (PSB-PA) criticaram as negociações de Marinho, porque, segundo eles, as demissões foram usadas como fator de pressão pelos patrões para conseguir as concessões que os trabalhadores acabaram fazendo.

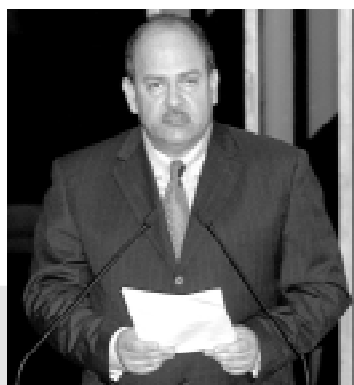
Suplicy destacou a presença no Plenário do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, que esteve em Brasília para receber prêmio da

Caixa Econômica Federal pelo projeto de gestão ambiental para saneamento do Rio Contenduba. O senador também citou o projeto Novo Rumo — Educando Através do Esporte, em Feira de Santana (BA); o Plano Diretor do Município de Caldas Novas (GO) e urbanização de favelas em Santo André (SP), entre outros que ganharam o prêmio.

Robinson quer liberar recursos do Prodetur II

O senador Robinson Viana (PMDB-PB) fez ontem, em Plenário, um apelo ao ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, no sentido de garantir a liberação ainda este ano de R\$ 60 milhões previstos no Orçamento da União de 2001 para a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur II).

Os recursos estão previstos no Orçamento como contrapartida ao financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Prodetur II. Como a verba do BID só estará disponível em 2002, explicou o senador, o governo decidiu incluir a dotação no Orçamento de 2001 para evitar a interrupção



Robinson Viana teme que restrição burocrática prejudique a execução do projeto

do programa, em cuja primeira etapa foram aplicados US\$ 800 milhões.

Robinson ressaltou que até o mo-

mento o Banco do Nordeste (BNB) ainda não garantiu às unidades executoras do programa em cada estado beneficiado a prévia aprovação dos projetos a ele encaminhados. Com isso, tornou-se impossível a assinatura de convênios para a utilização da verba orçamentária.

— No caso da Paraíba, a restrição burocrática criada pelo BNB será fatal para a complementação da rede de saneamento básico nos trechos de praia que receberam expressivos aportes de investimento no Prodetur I, mas que só poderão oferecer retorno e rentabilidade após a conclusão das obras indispensáveis à operação de complexo turístico — advertiu.

Luiz Otávio anuncia novo empreendimento no Pará

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) anunciou a implantação da Mineração Serra do Sossego, projeto da Companhia Vale do Rio Doce no município de Canaã dos Carajás, no sudoeste do Pará. Segundo ele, com o projeto de exploração do cobre metálico, que entrará em operação em 2004, o estado se tornará o maior produtor de minérios do país, superando Minas Gerais.

O projeto prevê o processamento de 15 milhões de toneladas de minério por ano, para produzir 462 mil toneladas de concentrado, das quais 139 mil serão de cobre, e 3,5

toneladas de ouro, informou o parlamentar. Os investimentos devem ultrapassar R\$ 1,5 bilhão.

Luiz Otávio informou que o governo do Pará, em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce, criou um Fundo de Desenvolvimento da Base Produtiva do Estado. Com o objetivo de estimular projetos da iniciativa privada, o fundo receberá mensalmente recursos da ordem de R\$ 1 milhão pelo período de 15 anos. O montante deve ser repassado para a implantação de projetos destinados à formação e manutenção das cadeias produtivas.



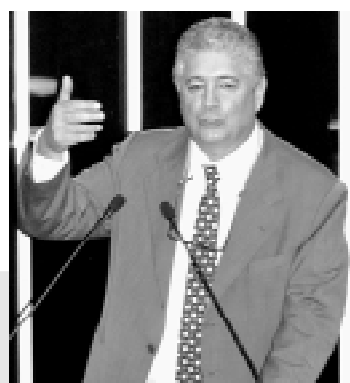
Segundo Luiz Otávio, o Pará se tornará o maior produtor de minérios do país

Projeto de Requião regulamenta profissão de artista circense

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais projeto de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que regulamenta o exercício da profissão de artista circense. Conforme a proposta, artista circense é aquele que executa atividade cultural em circos onde se realizam espetáculos públicos, e o exercício da profissão dependerá de registro na Delegacia do Trabalho.

De acordo com a proposta, os filhos dos profissionais circenses cuja atividade seja itinerante terão asseguradas vagas em escolas públicas de ensino fundamental e médio e autorização para ingresso nas escolas particulares desses níveis. O projeto estabelece jornada de trabalho normal de seis horas diárias aos artistas circenses, com limitação de 36 horas semanais.

Na justificativa da matéria, Requião argumenta que os artistas de circo não são valorizados adequadamente e que há anos eles vêm reivindicando maior atenção do governo. O senador ressaltou que os



Requião lembra que em muitas cidades os circos são a única fonte de lazer, cultura e diversão

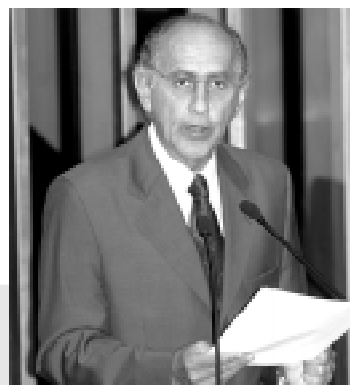
espetáculos circenses muitas vezes são a única fonte de lazer, cultura e diversão em cidades do interior. “De nossa parte, esperamos contribuir para o florescimento da atividade circense apresentando o projeto que pretende, ao regulamentar o exercício da profissão de artista circense, o reconhecimento do grande serviço que esse profissional presta à nossa cultura e ao lazer do povo brasileiro”, afirma Requião na justificativa do projeto.

Mauro propõe normas para assegurar atividade de motoboy

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a regulamentação da atividade de motoboy. Ele apresentou projeto que disciplina o exercício da atividade dos profissionais em transportes de passageiros, mototaxista, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua. “Não podemos reprimir os profissionais que utilizam motocicletas para realizar suas funções, impedindo-os de trabalhar numa atividade honesta”, frisou.

De acordo com o projeto, que será relatado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), o candidato ao exercício dessa atividade deverá ter completado 21 anos; possuir habilitação, por pelo menos dois anos, na categoria “A”, e estar habilitado em curso especializado.

— Infelizmente, o crescimento vertiginoso e descontrolado dessa categoria profissional tem produzido estatísticas tristes — afirmou o senador, chamando atenção para a grande quantidade de acidentes envolvendo os motoboys.



Para Mauro Miranda, “não se pode impedir profissionais de trabalhar numa atividade honesta”

No entanto, ele ressaltou que, por se tratar de meio de transporte que não exige grande investimento e tem baixo custo operacional, a atividade oferece um variado leque de serviços com preços atraentes.

— As motocicletas são um fator de alívio no volume de tráfego das cidades brasileiras, além de provocar menos poluição e representar uma grande economia de combustível para o país — diz o senador na justificativa do projeto.

Heloísa quer benefício a pequeno agricultor

Afirmado que medida provisória em tramitação na Câmara dos Deputados favorece apenas os grandes devedores, senadora defende inclusão de todos os produtores rurais que têm débito junto a bancos oficiais

Lindberg relata os resultados favoráveis da reunião da OMC

Na qualidade de representante do Senado na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), o senador Lindberg Cury (PFL-DF) ressaltou os resultados favoráveis ao Brasil que foram obtidos nas áreas da saúde e da agricultura.



Lindberg alerta, porém, que nova política agrícola ainda é apenas promessa

Ao falar sobre os avanços na área da saúde, Lindberg destacou que a possibilidade de quebra de patentes, nos países pobres, para remédios de combate à Aids trará uma diminuição de 30% no preço desses medicamentos. Quanto à agricultura, o senador salientou que a reunião da OMC conseguiu abrir a discussão sobre a necessidade de diminuição dos subsídios praticados pelos Estados Unidos e pela União Européia. A liberalização do comércio agrícola mundial adicionará alguns trilhões de

dólares à economia mundial, observou o senador, e pode beneficiar o Brasil.

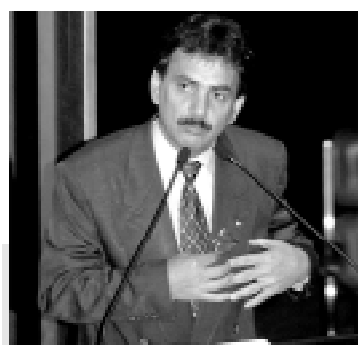
Lindberg afirmou que as exportações dos produtos agrícolas rendem ao Brasil cerca de US\$ 6 bilhões e que, com a diminuição dos subsídios, podem chegar a US\$ 15 bilhões em três anos. Ele alertou, porém, que a nova política agrícola mundial ainda está no campo das promessas e dos compromissos.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou não ter havido resultados concretos em relação à diminuição das barreiras protecionistas dos países ricos. Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que as decisões favoráveis ao Brasil na OMC representaram a coroação das negociações do presidente Fernando Henrique Cardoso com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

Ademir estranha posição de Malan sobre dívidas

Em nome de seu partido, o PSB, o senador Ademir Andrade (PA) pediu explicações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre sua posição contrária à sugestão do primeiro-ministro do Canadá, durante a reunião do G-20 em Ottawa, no sentido de os países em desenvolvimento pedirem renegociação de suas dívidas, para aliviarem o peso desse serviço em seus orçamentos. O G-20 reúne os 20 países de maior PIB do mundo, entre eles o Brasil.

— Confesso que não entendi por que Malan afirmou que a situação do Brasil era tranqüila, não havendo necessidade de reestruturar sua dívida. O país está pagando, por ano, R\$ 46 bilhões em juros e isso é muito dinheiro, que faz falta para investimentos e custeio de programas sociais. O ministro precisa se explicar, para que não se pense que esteja comprometido com os banqueiros nacio-



Ademir: Brasil paga de juros R\$ 46 bilhões, que fazem falta para investimentos

nais e internacionais — afirmou.

Para Ademir, a sugestão do ministro canadense é bem-vinda, e repete posição semelhante já expressa por dirigentes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ademir também pediu informações ao Comando da Aeronáutica sobre sua divulgada intenção de desativar o Parque do Material Aeronáutico de Belém.

A medida provisória (MP) que fixa novos prazos e melhores condições para pagamento das dívidas rurais, já em tramitação na Câmara, irá beneficiar apenas os grandes devedores, analisou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Para ela, a MP deixará de lado a imensa maioria dos pequenos e médios produtores endividados, muitos deles em situação crítica.

A senadora defendeu a inclusão de todos os produtores que têm débito junto a bancos oficiais, como o Banco do Nordeste (BNB). A atenção maior, segundo ela, deveria estar voltada para as glebas de agricultura familiar e os agricultores arruinados na safra de 1997/98, em virtude de condições climáticas adversas.

A parlamentar por Alagoas quer ainda que a MP contemple todos os mutuários do Programa Naci-



Heloísa Helena propõe crédito de manutenção para agricultor do semi-árido nordestino

onal de Agricultura Familiar (Proraf), Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Finame (linha de financiamento de máquinas e equipamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES) e Programa de Geração de Emprego e Renda da Área Rural (Proger Rural).

Também quer que os benefícios abranjam os agricultores que contrataram operações de crédi-

to de até R\$ 220 mil, até 31 de dezembro de 1999. A senadora pediu ainda a criação de um crédito de manutenção para mini e pequenos agricultores e produtores familiares do semi-árido nordestino.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), em aparte, concordou com a senadora e anunciou que irá apresentar emendas à MP estendendo os benefícios da medida provisória a todos os produtores rurais do Norte, Nordeste e os que atuam nas regiões mais pobres dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para ele, é necessário recompor as dívidas do setor rural.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), também em aparte, informou que todos os produtores com seguro foram abrangidos na negociação, prevista na MP. Anunciou que em breve o governo irá assinar nova medida provisória destinada a amparar os agricultores dos assentamentos.

Emilia aplaude suspensão do embargo à carne gaúcha

A decisão da União Européia de autorizar a importação de carne bovina desossada e maturada do Rio Grande do Sul a partir de 1º de dezembro foi louvada pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), para quem a medida abre grandes perspectivas para a exportação da carne gaúcha. As exportações de carne, incluindo a suína, como lembrou a senadora, estavam suspensas desde maio, em virtude da febre aftosa que atingiu os rebanhos no estado.

Emilia informou que, durante

o embargo, os pecuaristas gaúchos amargaram prejuízos de cerca de US\$ 50 milhões. Com o retorno das exportações, a senadora espera que sejam adotadas medidas de apoio aos pecuaristas com o objetivo de ampliar, principalmente, a exportação da carne gaúcha para os mercados europeu e chileno, além de conquistar novos mercados consumidores.

A senadora pediu a adoção de uma política específica destinada à defesa e ao controle sanitá-



Emilia espera que sejam adotadas medidas de apoio aos pecuaristas

rio animal e vegetal. Emilia acha importante também o fortalecimento do setor frigorífico gaúcho, que, a seu ver, tem tudo para competir nos exigentes mercados internacionais.

Tuma elogia discurso de Tebet em conferência parlamentar

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) leu em Plenário o discurso que o presidente do Senado, Ramez Tebet, fez na abertura da 3ª Assembléia Geral da Conferência Parlamentar das Américas, no Rio de Janeiro, na última segunda-feira. No discurso, Tebet lembrou a crise que o mundo atravessa e ressaltou que “ter consciência desse quadro para nele agir” é o desafio que se coloca à instituição parla-

mentar.

Tebet afirmou no discurso, lido por Tuma, que “assentada a democracia como valor universal e inegociável, estabelecido o primado da cidadania e da absoluta prevalência do estado de direito, entendida a liberdade como condição primeira para a realização humana, abre-se o caminho para a ação do Legislativo na busca de soluções para as graves questões” do mundo atual.

O presidente do Senado destacou, em seu discurso, os temas em debate na conferência, que, segundo afirmou, refletem a realidade atual, abordando desde a integração continental até questões políticas e sociais — como meio ambiente, educação, trabalho infantil, violência urbana, narcotráfico, pobreza, direitos humanos, inclusão social e paz — além da democracia e da ação do Parlamento.

Tuma quer maior rigor na concessão de indulto

Para o senador, deve-se evitar que “criminosos de alta periculosidade” voltem às ruas, “trazendo ameaça para a sociedade”

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem a necessidade de modificação na Lei nº 6.368, que trata da concessão de indulto, para evitar que “criminosos de alta periculosidade” voltem às ruas, “trazendo ameaça para a sociedade”.

Tuma elogiou a nova Lei de Entorpecentes, aprovada quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobretudo por ter substituído a prisão pelo tratamento clínico para os usuários de drogas, mesmo em casos de reincidência. A nova lei impõe rigor em relação aos traficantes, para os quais estabelece pesadas penas.

O senador pretende que haja sintonia entre os avanços da nova



Romeu Tuma também elogiou a nova Lei de Entorpecentes, aprovada quarta-feira pela CCJ

Lei de Entorpecentes e os critérios para a concessão do indulto.

– Dentro de uma visão matemática, o indulto pode até contribuir para diminuir a população carcerária. Mas, no caso de criminosos condenados a mais de seis

anos, a primeira coisa que eles costumam fazer depois de ganharem a liberdade é voltar a delinquir – alertou o senador.

LÍBANO

No mesmo pronunciamento, Tuma homenageou o Líbano – cuja data nacional foi comemorada ontem –, na figura do presidente do Senado, Ramez Tebet, “e a todos os libaneses e seus descendentes que para cá vieram, trazendo sua contribuição por meio do trabalho, do conhecimento e da cultura”.

O presidente do Senado associou-se à homenagem e agradeceu a Romeu Tuma por tê-lo distinguido como representante dos libaneses no Brasil.

Camata pede direito de resposta à Rede Globo por ter sido citado “indevidamente”

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) protestou ontem contra notícia divulgada pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, em que teria ele sido citado “indevidamente” como integrante de um grupo de parlamentares que se opõe ao parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentado à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro.

– Primeiro, quero expressar minha revolta, e, em segundo lugar, pedir à TV Globo que me dê o direito de reparação à minha honra – afirmou.

Dizendo-se “profundamente decepcionado” com a matéria, veiculada em horário nobre, Camata observou que não podia ser con-



Gerson Camata afirma que não conhecia o parecer do relator da CPI do Futebol

tra um relatório que ainda não foi apresentado e que, portanto, não conhecia.

– Telefonei para a repórter responsável pela informação e ela teve a franqueza de reconhecer que fez a matéria baseada em con-

versa que ouviu no corredor – relatou o senador.

Camata ressaltou que ficou “apavorado” com a maneira pela qual a honra de uma pessoa é “enxovalhada” sem nenhuma prova. Segundo disse, assim como a Globo precisa de ibope, “o principal capital do homem público é a sua honradez”.

Quanto à matéria também divulgada pela Rede Globo sobre reunião do PMDB, em que a repórter teria insinuado que teria sido discutida a posição do partido em relação ao relatório de Althoff, o senador esclareceu que o único tema tratado no encontro foi a disputa interna entre o governador Itamar Franco e o deputado Michel Temer (PMDB-SP).

Maldaner homenageia advogado da CPT

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) homenageou ontem o advogado catarinense Darci Frigo, membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, que recebeu o Prêmio Robert Kennedy de Direitos Humanos pelo trabalho realizado na defesa da reforma agrária e dos direitos humanos.

Segundo disse, Frigo compe-

tiu com 30 candidatos de vários países e venceu por ter tido conhecidos os 15 anos de militância como advogado de trabalhadores sem terra e sem direitos.

– Essa vitória é importante para nós, porque o Brasil é muitas vezes citado pela mídia do Primeiro Mundo como violador dos direitos humanos.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL) associaram-se à homenagem.



Maldaner lembrou que o advogado Darci Frigo recebeu o Prêmio Robert Kennedy de Direitos Humanos

Romero Jucá defende “combate firme” ao roubo de veículos

Com base em reportagem da revista *Veja*, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) protestou contra a facilidade com que ladrões roubam e levam para o Paraguai automóveis brasileiros. Jucá, ao mesmo tempo, elogiou as medidas que estão sendo implantadas no âmbito do Mercosul para combater esse tipo de roubo, como o Registro Comum de Veículos Automotores e Condutores do Mercosul, Bolívia e Chile.

O senador defendeu “um combate firme” ao roubo de veículos, por meio da repressão ao mercado clandestino de peças usadas. Ele ressaltou que a atividade ilegal tem graves repercussões na segurança pública, prejudica o funcionamento regular do mercado setorial, encarece os prêmios de seguro e produz impactos negativos na economia nacional.

PROVIDÊNCIAS

Jucá lembrou ter apresentado requerimento solicitando informações ao ministro da Justiça sobre os dados publicados na revista *Veja* e as providências tomadas pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Segundo ele, a revista informou que 60% do meio milhão de automóveis que compõem a frota paraguaia se-



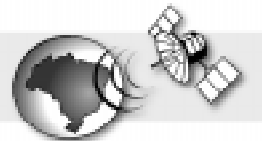
Jucá protestou contra a facilidade com que automóveis brasileiros são levados para o Paraguai

riam produto de roubos praticados no Brasil, onde também circula uma frota fantasma que cresce à base de 80 mil veículos por ano.

Segundo o senador, o ministério respondeu que os números mencionados pela *Veja* estavam bastante próximos da realidade no que se refere à quantidade de roubos e furtos, bem como à parcela de veículos recuperados. No ano passado, segundo o ministério, os furtos e roubos chegaram a 387.024 e as recuperações a 198.053.

– As estatísticas do Denatran desmentem, isto sim, o índice de crescimento da atividade delituosa apontado pela revista. Esse aumento nos últimos três anos foi, não de quase 100%, como afirmou a matéria, mas de 24,7%.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Saúde/Unip* – Impotência – Parte 2
6h30 – *Debate* – O sen. Juvêncio da Fonseca e o deputado Bonifácio Andrada falam sobre a imunidade parlamentar
7h30 – *Entrevista* – O sen. Pedro Simon fala sobre a imunidade parlamentar
8h – *Canal do Município* – Programa dedicado aos municípios brasileiros
8h30 – *Saúde/Unip* – Impotência – Parte 2
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão Parlamentar do Rio São Francisco – Reunião para ouvir Guy Villela Paschoal, da Cemig, Amilton Geraldo, da Aneel, e Mozart de Siqueira Campos Araújo da Chesf (gravado)
16h – Sessão Plenária (reapresentação)
19h30 – *Cidadania* – O sen. Sebastião Rocha e Wânia Sant’anna, do Conselho Nacional do Direitos das Mulheres, falam sobre as cotas para a população negra
20h30 – *Entrevista* – O sen. Paulo Souto fala sobre a terceirização e o trabalho temporário
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das ativida-

des do Senado

21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Miguel Proença
23h – *Arquivo Aberto* – Energia
24h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* – Water Music (Música Aquática), de Händel

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviços
7h30 – *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
13h30 – *Doce Melodia* – O melhor da música instrumental brasileira
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h30 – *A Voz do Brasil*
20h – Música, informação e serviços
20h30 – *Doce Melodia* – O melhor da música instrumental brasileira (reapresentação)
22h – *Senado Notícias* – Edição da noite
23h – *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Hartung defende integração de municípios da Bacia do Rio Doce

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar, em suas próximas reuniões, projeto de lei do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que cria a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e de programa de âmbito federal,



Hartung é autor do projeto que cria região administrativa na região

estadual e municipal para impulsionar sua economia. A área engloba 160 municípios dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, situados na bacia formada pelo Rio Doce e afluentes.

O programa envolve a criação de linhas de crédito especiais com juros favorecidos, a concessão de isenções e de incentivos fiscais e o estabelecimento em comum de tarifas, fretes e seguros.

ATRASSO

Segundo Hartung, o Brasil necessita urgentemente de política de desenvolvimento regional capaz de superar a inércia de diversas regiões do país que, sozinhas, não são capazes de sair do círculo vicioso da pobreza e do atraso.

A região geoeconômica de influência da Bacia do Rio Doce, argumenta Paulo Hartung, vem enfrentando, durante décadas, longo declínio econômico, aumento da poluição, degradação ambiental, esgotamento das fontes naturais de riqueza, deterioração da infraestrutura e estagnação da produção agropecuária, "que apresenta baixos níveis de produtividade e eficiência".

Jucá propõe criação de área de livre comércio em Boa Vista

O município de Boa Vista (RR) poderá contar com uma área de livre comércio de importação e exportação. É o que prevê projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) encaminhado pela Mesa à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será examinado em caráter terminativo.

De acordo com o projeto, a área de livre comércio terá — como as de Macapá e Santana, no Amapá — regime fiscal especial, destinado a promover o desenvolvimento da região fronteira do norte do Brasil. Roraima

localiza-se na fronteira com a Guiana e Venezuela.

Na justificativa da proposta, Jucá afirma que, em virtude da localização do estado, "na extremidade norte do Brasil e longe das metrópoles", torna-se necessária a criação de um pólo industrial e comercial voltado à exportação. Para o senador, os países vizinhos poderão se constituir em mercado natural para a produção industrial de Roraima, cuja atual participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é de apenas 0,1%.

Artur da Távola pede mudanças no sistema de som do Plenário

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) pediu ontem ao presidente do Senado, Ramez Tebet, a reforma do sistema de som e a mudança na disposição das câmeras de TV localizadas no Plenário. Além de se queixar da precariedade da qualidade do som, agravada em sessões movimentadas, o líder do governo no Senado disse que a atual posição das câmeras distorce as imagens dos senadores transmitidas pela TV Senado.

— Quando a sessão está cheia, os senadores começam a gritar no microfone, porque, sem retorno da própria voz, pensam que não são ouvidos — observou. Em relação às câmeras, ele recomendou que os equipamentos sejam colocados na altura dos parlamentares, e não de forma a captar imagens de cima para baixo, para não distorcer a imagem ou mostrar apenas parte do corpo de quem está sendo filmado.

Ao responder à solicitação do senador, Ramez Tebet disse que iria encaminhá-la ao diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, a fim de que sejam tomadas providências para corrigir problemas no som e na posição das câmeras.

Álvaro critica os juros para aquisição da casa própria

Para o senador, são inviáveis as taxas anunciadas pela Caixa para as três linhas de crédito que serão oferecidas à classe média a partir de janeiro

O anúncio da retomada do financiamento habitacional pela Caixa Econômica Federal, destinado à classe média, recebeu críticas do senador Álvaro Dias (PDT-PR). Segundo disse, a fixação de taxas de juros que variam de 14% a 15,5% ao ano para três linhas de crédito a serem oferecidas a partir de janeiro torna inviável a aquisição da casa própria.

— O governo deveria oferecer um programa dentro do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) com juros compatíveis com a realidade econômica do país — afirmou. Devido aos juros altos dos financiamentos, disse, cerca de 30% dos mutuários da Caixa encontram-se inadimplentes, muitos "às voltas com o drama" de ver o saldo devedor maior que o valor de mercado do imóvel.



Álvaro Dias: juros altos são responsáveis por 30% da inadimplência dos mutuários da Caixa

O senador também defendeu a adoção de política habitacional diferenciada para famílias de baixa renda. Para atender a essa faixa da população, o governo oferecerá subsídio de até 70% do crédito liberado para a construção de imóveis de 36 a 50 metros quadrados. Álvaro lembra que, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o déficit habitacional no país chega a 12,7 milhões de moradias.

Diante da "incapacidade do go-

verno" de oferecer alternativas viáveis para aquisição da casa própria, Álvaro Dias apresentou propostas para melhorar a política habitacional. Além de propor a exclusão de dispositivos do Decreto nº 7.066, como o que prevê o leilão sumário de imóveis de mutuários inadimplentes, Álvaro apresentou projeto que limita os juros do crédito ao setor em 12% ao ano.

TAXA REFERENCIAL

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a exclusão da Taxa Referencial (TR) para correção do saldo devedor dos contratos habitacionais. O senador José Alencar (PL-MG) propôs a redução de dois pontos percentuais da taxa de juros Selic, mantida em 19% ao ano, o que renderia ao governo uma economia anual de R\$ 12 bilhões. "Isso permitiria à administração pública voltar-se para questões ligadas à dívida social, como a habitação", declarou.

Ademir quer novas regras para política habitacional

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu mudanças nos programas habitacionais do governo, principalmente quanto às regras de financiamento da Caixa Econômica Federal. Ele acusou a maioria dos programas da instituição financeira de não atender às camadas da população cuja renda não ultrapassa os dez salários mínimos. São prejudicados, afirmou, especialmente os que vivem com menos de três salários.

No entanto, "apesar da insensibilidade da Caixa" para atender a uma demanda calculada em 12 milhões de moradias e da crescente limitação dos recursos alocados pelo governo para esse fim, Ademir congratulou-se com o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público, "que têm compreendido a gravidade do problema e sua dimensão social, bem como o quanto é legítimo o que querem essas milhares de famílias".

De acordo com o senador, o governo federal praticamente não tem política habitacional.

"Há um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontando para a participação decrescente dos investimentos sociais como percentual do Orçamento da União", afirmou o senador.

A redução, conforme Ademir Andrade, torna-se mais dramática quando se comparam os dados do Censo de 2000 com os de 1991, que apontam um aumento de 22,5% no número de favelas. Ele ressaltou que a quantidade de favelas no país aumentou de 3.188 para 3.905. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pará é o estado onde houve o maior crescimento do número de favelas.

ORÇAMENTO

Para o senador Ademir Andrade, o problema central é que o governo optou por reduzir ao máximo os gastos públicos e não tem tratado a questão social pela ótica do direito e do respeito à população. Nos últimos anos, afirmou, os percen-

tuais de recursos do Orçamento da União voltados à habitação são os seguintes: 1995, 0,03%; 1996, 0,11%; 1997, 0,10%; 1998, 0,06%; 1999, 0,09%.

Ademir disse ainda que a Caixa Econômica Federal, no atual governo, "tem atuado como um mero banco comercial", e está ausente da questão da habitação popular. Para fazer frente a esse quadro desfavorável, Ademir Andrade citou o exemplo dos moradores de conjuntos habitacionais do Pará, que precisaram se organizar no Fórum Paraense em Defesa da Moradia dos Conjuntos Habitacionais. A entidade congrega mais de 50 conjuntos habitacionais.

— Assim unidas, essas milhares de famílias vêm lutando contra problemas como imóveis inacabados, baixa qualidade da construção, incapacidade de pagamentos dos mutuários ou ocupantes, elevação absurda dos saldos devedores e despejos injustos e até mesmo violentos — disse o senador.

Ornélas defende mais bolsas de estudo para negros

Projeto de autoria do senador garante prioridade aos estudantes afro-brasileiros na concessão do benefício por instituições de ensino filantrópicas. A proposta, lembrou, não produzirá custo adicional para o Tesouro

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) defendeu ontem a aprovação de projeto de lei de sua autoria que estabelece prioridade aos negros na concessão de bolsas de estudo pelas instituições de ensino filantrópicas. Ele pretende beneficiar, com a proposta, estudantes afro-descendentes, de segundo grau e universitários, com a maior parte dos R\$ 800 milhões anuais movimentados em bolsas por essas instituições.

— O projeto não tem custo adicional para o Tesouro, uma vez que a isenção já existe e tem sido mal utilizada, gerando o que se costuma chamar de pilantropia. São recursos que podem e devem ser revertidos em favor da população afro-descendente. Precisamos aproveitar melhor o incentivo, possibilitando oportunidades iguais para essa parcela da população brasileira tão relevante pela contribuição que deu à construção da nacionalidade.

O senador citou o jurista Rui Barbosa ao afirmar que a única forma de buscar a igualdade é “tratar desigualmente os desi-

guais”. Ele defendeu o estabelecimento de uma política afirmativa, que inclua a discriminação positiva e políticas compensatórias em favor da população negra. “As políticas sociais universalistas não têm alcançado os resultados necessários e têm congelado desigualdades.”

DESVANTAGEM

Para Ornélas, o Brasil precisa colocar em prática posições que vêm defendendo em foros internacionais. Ele recordou que o país conta com a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria, e que os indicadores sociais atuais ainda demonstram grande desvantagem para os afro-descendentes.

De acordo com números oficiais citados pelo senador, os negros respondem por 44% do total de analfabetos do país e por apenas 2,1% dos que possuem mais de 10 anos de escolaridade. Entre os que recebem salário mínimo, citou, 73% são negros. O rendimento médio dos afro-descendentes, relatou, equivale a apenas 63% do rendimento de brancos com o mesmo cargo e nível de escolaridade.

Maguito quer ações contra discriminação

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) conclamou os parlamentares a contribuir para a eliminação do preconceito velado e da discriminação que os negros sofrem no Brasil, principalmente no acesso à educação e nas oportunidades de emprego. O senador fez o apelo ao registrar a comemoração, terça-feira, do Dia Nacional da Consciência Negra.

Maguito citou estatísticas segundo as quais os negros representam 45% da população brasileira e 64% do total de pobres do país. O analfabetismo entre 15 e 25 anos, informou, é de 8% entre negros e de 3% entre brancos.

O senador acrescentou que, entre brasileiros desempregados, os negros somam mais de 60%, e entre a população ocupada, pouco mais de 30% são negros, que trabalham em condições de desigualdade salarial.

— São números fruto de valores culturais e históricos, que negligenciam minorias que, justamen-



Para Maguito, não basta registrar na Constituição os direitos de igualdade

te por serem tratadas como minorias, vão vivendo cada vez mais sufocadas pela pressão do preconceito que lhes tolhe as boas oportunidades.

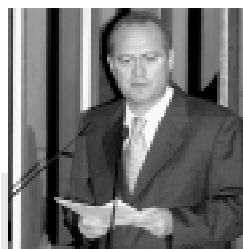
Para Maguito, é preciso ações práticas para “inverter essa cultura da discriminação”, e não apenas registrar em textos constitucionais os direitos de igualdade. Para ele, a eliminação do preconceito é “mais do que um dever do homem público e do cidadão, trata-se de uma obrigação cristã”.



Waldeck Ornélas propõe a adoção de políticas afirmativas e compensatórias em favor da população negra

Projeto beneficia trabalhador com parente desaparecido

Está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que permite a parentes de pessoa desaparecida obter até 15 dias de licença remunerada para dedicar-se à busca. A propos-



Calheiros quer garantir licença do trabalho para permitir a procura

ta está sendo analisada em caráter terminativo, ou seja, a decisão da CAS vale por todo o Senado, exceto se houver requerimento em sentido contrário. Se aprovada, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.

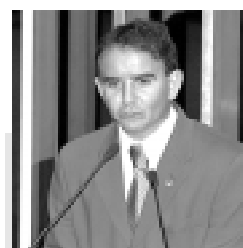
De acordo com o projeto, o período de licença poderá ser am-

pliado caso a pessoa não seja encontrada. Podem licenciar-se o cônjuge, filhos, pais e irmãos do desaparecido. Também terão direito ao benefício aqueles que tiverem em paradeiro desconhecido alguém que viva sob sua dependência econômica. Para ter direito à licença, a pessoa precisará comprovar o desaparecimento.

Calheiros diz que o desaparecimento de “um ente querido é um dos mais duros golpes” que podem atingir uma família. Segundo ele, a busca incessante pode levar à perda do emprego.

Eduardo ressalta medidas em favor dos índios no Tocantins

Ao lamentar a situação precária em que os índios brasileiros vivem, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou ações do governo do Tocantins para assegurar qualidade de vida às comunidades



Eduardo lamentou a situação precária em que vivem os índios no Brasil

indígenas e resgatar seus valores culturais. Segundo o senador, há cerca de 6 mil índios no seu estado.

Eduardo Siqueira Campos considerou importante para a promoção social dos índios a implantação de escolas bilíngües, em que as aulas são ministradas

em português e na língua da comunidade, por professores indígenas adequadamente treinados.

Também foi registrado pelo senador o lançamento, ocorrido há cerca de um ano, de documento sobre cada um dos povos indígenas que vivem no Tocantins, como parte do programa da Secretaria Estadual de Cultura denominado *Conehecendo e Preservando as Culturas Indígenas do Tocantins*.

Para o senador, a dívida nacional com os índios ainda “está longe de ser paga”.

Fidelidade partidária será debatida hoje

Em prosseguimento ao ciclo de debates sobre reforma política, a Consultoria Legislativa do Senado promove hoje, às 9h, na Ala Nilo Coelho, sala 2, debate sobre o tema fidelidade partidária.

Participarão os consultores legislativos do Senado Gilberto Guerzoni Filho e Fernando Trindade, o consultor da Câmara dos Deputados Lúcio Reiner e o professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Paulo Kramer.

Modernização de rádios pode ter linha de crédito

Será votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que cria linha de crédito para financi-



Pontes quer garantir migração para sistema digital

ar a modernização das rádios brasileiras. O projeto está sendo analisado em caráter terminativo, ou seja, a decisão da CAE vale pelo Senado, a não ser que seja apresentado requerimento para que a matéria seja submetida ao Plenário. Se aprovada, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.

Luiz Pontes afirma que a radiodifusão está migrando do sistema analógico para o digital e as emissoras brasileiras, especialmente as do interior do Nordeste, estão enfrentado dificuldades estruturais devido à incapacidade financeira de promover a renovação tecnológica.

Segundo o parlamentar, “o setor de radiodifusão está animado com as perspectivas que se abrem na nova era digital, mas apreensivo diante da falta de linhas de crédito que possibilitem às empresas migrarem para esse novo patamar tecnológico”.